

OS CAMINHOS DO COOPERATIVISMO

EDUARDO GRAÇA

ECONOMISTA | PRESIDENTE DA COOPERATIVA ANTÓNIO SÉRGIO PARA A ECONOMIA SOCIAL

“Como definiremos uma cooperativa? Como uma empresa que é ao mesmo tempo uma associação de pessoas (e não uma mera associação de capitais, ao modo das empresas capitalistas), e, além disso, um lar de convivência fraterna e um foco de aperfeiçoamento intelectual e moral, tendo por objetivo o criar um novo sistema de relações sociais e fazer terminar (em grau maior ou menor) as divergências de interesses e os antagonismos económicos.”

António Sérgio

1 BREVE DIGRESSÃO PELA HISTÓRIA DO MOVIMENTO COOPERATIVO

O operariado que a sociedade industrial fez nascer, nos alvares do século XIX, foi forçado a trabalhar, e viver, em condições sociais e de exploração extrema ou, no melhor dos casos, muito severa, auto-organizou-se dando origem ao movimento associativo de cujo processo de especialização nasceram as modernas associações, cooperativas, mutualidades, mas também os sindicatos e os partidos políticos (que são, juridicamente, associações).

O movimento cooperativo e mutualístico sobreviveu, persistiu e autonomizou-se assumindo, no plano organizacional, uma geometria variável, quase sempre mais próximo do pragmatismo pela busca de soluções económicas para os problemas das classes trabalhadoras e dos pequenos e médios proprietários, do que pelo lado das reivindicações, abrangendo as áreas financeira, agrícola, comercial, do consumo, da indústria, da habitação, da cultura, da solidariedade e, em geral, dos serviços.

Ao longo do tempo, no seio do movimento cooperativo, multiplicaram-se debates e polémicas, divisões e reunificações, criação de federações, uniões e confederações; assistiu-se a momentos de apogeu e de

declínio, à emergência e apagamento da sua relação com os partidos políticos (socialistas, social-democratas, trabalhistas, anarquistas e comunistas), com sindicatos e, em geral, a diversas manifestações organizadas do movimento operário.

Ergueu-se, em França, a bandeira da República Cooperativa, na conceção de Gide a que se sucedeu uma réplica britânica com o conceito de "Cooperative Commonwealth" tendo sido criado, em 1919, no Reino Unido o Partido Cooperativo, que desde 1927 tem um acordo com o Partido Trabalhista, através do qual assegurou uma representação parlamentar que persiste.

António Sérgio protagonizou, em Portugal, no século XX, nos planos doutrinário e prático, a defesa e divulgação do cooperativismo moderno, cuja obra pode ser consultada na Casa António Sérgio⁽¹⁾.

Ao longo das últimas décadas do século XIX, digladiaram-se defensores e opositores do cooperativismo tendo um ponto alto no Congresso Operário de Marselha, de 20 a 31 de outubro de 1879, consumando uma rutura decisiva: "as cooperativas são eliminadas enquanto instrumentos de emancipação do proletariado". Tempo de duras confrontações no seio das quais o modelo cooperativo foi amadurecendo desembocando na criação da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), em 1895, o que se consubstancia num acontecimento da maior importância.

A vocação interclassista e a natureza híbrida do cooperativismo – ao mesmo tempo associação e empresa – foi, e é, a sua força e a sua fraqueza. Trata-se, nos seus princípios, pela natureza do modelo organizativo e pela prática da sua ação, de um modelo de organização criado para resolver problemas práticos, com enfoque na economia, com que se defrontaram vastas comunidades cidadãs, aberto a todas as ideologias, raças e credos.

O fim económico que prossegue, mais do que a democraticidade a que obedece, sempre expôs, historicamente, o movimento cooperativo às críticas, ou ostracismo, dos partidos, assim como dos sindicatos pela sua aparente apatia face aos movimentos reivindicativos nos quais, por regra, não participa, acentuando os riscos de sucumbir a uma subalternidade, sempre latente ao longo da sua história, em relação à distribuição de poder e de recursos entre os três setores de propriedade dos meios de produção na aceção da nossa Constituição da República Portuguesa (público, privado e cooperativo e social).

2 ALGUMAS NOTAS ACERCA DA ATUALIDADE DO COOPERATIVISMO

O assunto é sério, e atual, permitindo, e legitimando, um alerta dirigido aos partidos de todos os quadrantes para que reflitam acerca da sua própria origem pois nasceram da mesma raiz do movimento cooperativo e mutualístico, na defesa de um ideário comum de cooperação e solidariedade.

Após um longo período de declínio, o cooperativismo, em Portugal, tem vindo a reerguer-se através de diversas iniciativas estruturantes. Assim, é assinalável, na frente legal, após a aprovação da Lei de Bases da Economia Social (2013), a aprovação pela Assembleia da República do Código Cooperativo, Lei n.º 119/2015, publicada em 31 de agosto de 2015, após um longo debate participado pelas Confederações Cooperativas.

De facto, o projeto que deu origem a esta Lei foi o resultado de um debate exaustivo da legislação cooperativa à época em vigor, no qual participaram as Confederações Cooperativas (CONFAGRI e CONFECOOP), no âmbito do Conselho Nacional para a Economia Social (CNES), através dos seus dirigentes, com o apoio de peritos por elas indicados, organizados numa Comissão Redatorial, tendo sido realizadas 13 reuniões técnicas entre 15 de julho de 2013 e 14 de maio de 2014.

A presente reforma pretende ir ao encontro dos desafios com os quais o setor cooperativo se confronta, sem abdicar da necessária preservação da Identidade Cooperativa, definida pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI), a qual assenta num conjunto de princípios e valores cooperativos consagrados a nível global. Ainda neste ano de 2015, a ACI irá aprovar um conjunto de normas de orientação que se destinam a fornecer uma visão atualizada do que cada princípio significa nos dias de hoje. Não são alterações aos sete princípios, mas a realização de um debate profundo do que devemos incluir em cada um deles, ou como devemos interpretá-los.

Mais recentemente, em 13 de outubro de 2015, foi publicada a Portaria n.º 354/2015, que cria a segunda edição do Programa COOPJOVEM destinado a fomentar a criação de cooperativas por iniciativa de jovens, no âmbito do Portugal 2020 que, sob gestão da CASES, estimamos venha a contribuir, de forma significativa, para o rejuvenescimento e promoção do cooperativismo português a partir de finais de 2015.

A CASES, por outro lado, criou um portal de credenciação *online* das cooperativas, que a partir do início de junho de 2015 desmaterializou integralmente aquele processo, ao qual está acoplada uma base de dados que permitirá dispor, a partir do primeiro trimestre de 2016, de informação detalhada, e rigorosa, acerca da realidade económica e social do cooperativismo em Portugal.

Estas e outras iniciativas, que não cabem no espaço deste artigo, têm vindo a contribuir para o relançamento do cooperativismo em Portugal consolidando a tendência de inversão do seu declínio que se verifica desde 2011 tendo permitido que, em 2015, o número de cooperativas criadas tenha suplantado, pela primeira vez desde aquele ano, o número de cooperativas extintas, que se ilustra nos presentes gráficos 1 e 2.

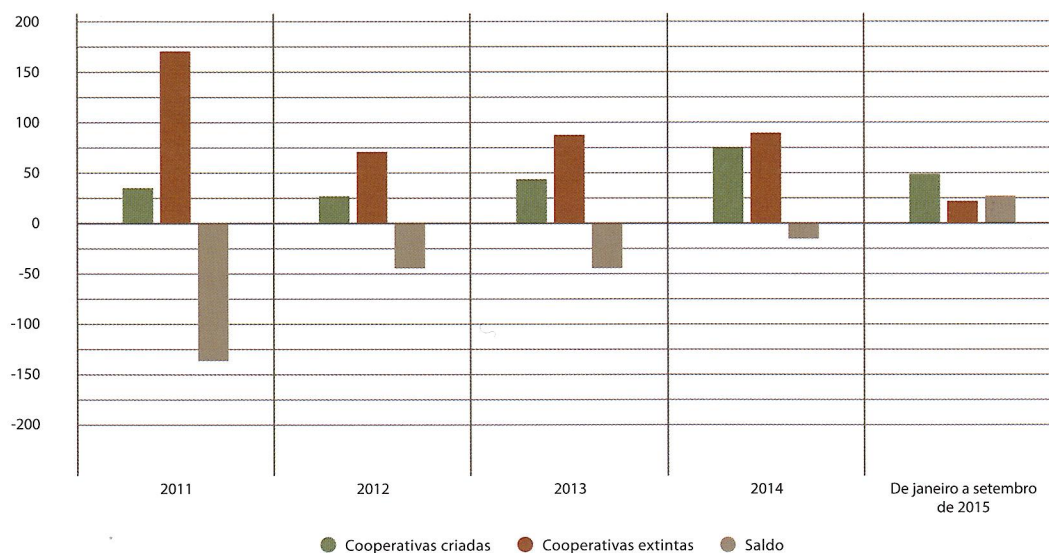
3 CONCLUSÃO

As cooperativas nasceram, pois, faz muito tempo no turbilhão económico-social da “revolução industrial”, criadas para dar respostas a problemas concretos de

Gráfico 1

O SETOR COOPERATIVO EM PORTUGAL

DEMOGRAFIA DO SETOR COOPERATIVO, DE 2011 A SETEMBRO DE 2015

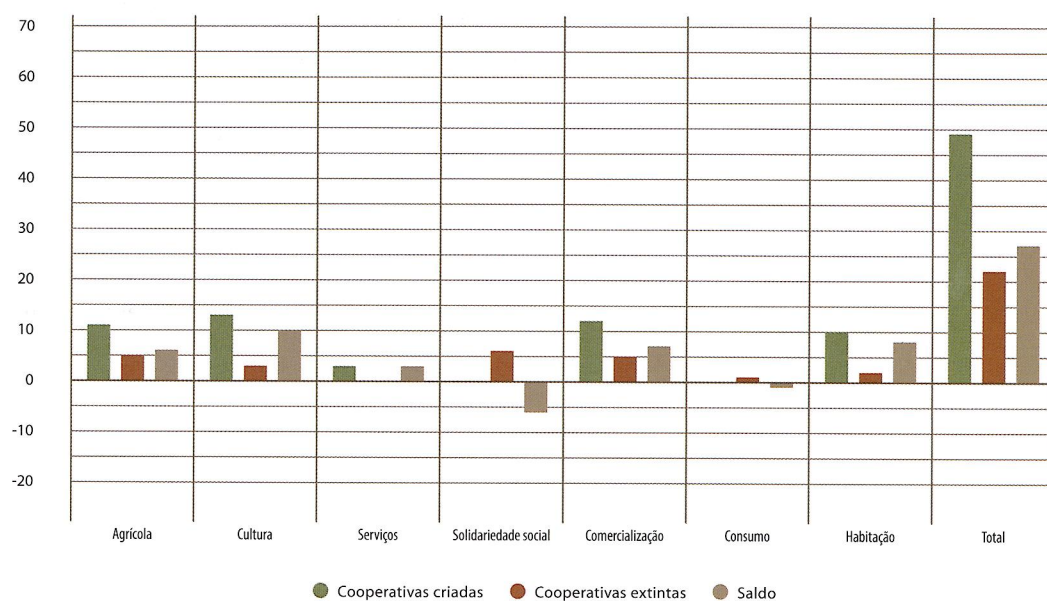


Fonte: CASES, CIPRL – 21 de outubro de 2015

Gráfico 2

O SETOR COOPERATIVO EM PORTUGAL

DEMOGRAFIA DO SETOR COOPERATIVO, DE JANEIRO A SETEMBRO DE 2015 POR RAMO COOPERATIVO



Fonte: CASES, CIPRL – 21 de outubro de 2015

cidadãos concretos. É uma “boa ideia” que, desde sempre, travou uma luta desigual com as “más ideias” que regressam sempre e sempre são capazes de deformar a política. Está bem de ver que a identificação das “boas” e das “más” ideias são uma simplificação da realidade que separa campos nos quais, na verdade, umas ou outras coabitam e se digladiam. São representações da realidade que fazem parte da realidade.

O modelo cooperativo integra o campo das “boas ideias”, um modelo de empresa adquirido mas sempre questionado (mesmo, por vezes, pelo imobilismo dos que o defendem), que se deve preservar, gerir, modernizar e desenvolver através da participação de um número cada vez maior de cidadãos e entidades, em interação e partilha de recursos, e riscos.

O cooperativismo é, do meu ponto de vista, em Portugal e no mundo global, um modelo com futuro, nas suas diversas fórmulas, e em todos os seus ramos, contributo

válido e reconhecido, para a solução da crise económico-social nacional, europeia e global. Para tal deve o Estado colocar na agenda política as medidas necessárias para promover o desenvolvimento do movimento cooperativo definindo, com rigor, os fins, eleger os meios e reunir os recursos distribuindo-os de forma justa.

Mas serão os próprios cooperativistas, através das suas organizações, a todos os níveis, da base ao topo, que têm de tomar a iniciativa, em fidelidade com os próprios princípios do movimento cooperativo, para fazer com que este se fortaleça, modernize e prospere em benefícios de todos e cada um dos cooperadores, em prol da comunidade do qual emergem e a qual servem. ><

NOTA

(1) <http://cdiantoniosergio.cases.pt/Nyron/Library/Catalog/winlib.aspx?key=CDCEF2DA12024975B872D869B3A168DF>